

HISTÓRIA GERAL

ENTRE ROMANOS E MEDIEVOS
o problema do povoamento da região de Leiria
durante a Alta Idade Média *

por

João Pedro Bernardes**

Um grande vazio continua a pairar sobre o conhecimento da região de Leiria entre o fim do domínio Romano e o período da Reconquista cristã. Após o já velho e estimulante debate em torno da questão do eramamento ou despovoamento da região que animou, até há alguns anos, o debate historiográfico de medievalistas, vimos agora retomar a questão de acordo com uma nova abordagem assente essencialmente em dados arqueológicos. Com efeito, a incipiência e atraso da investigação arqueológica do período medieval do país e concretamente da Estremadura portuguesa, não permitiram contar até agora com o contributo dos dados arqueológicos para a discussão de um tema onde eles se revelam essenciais ao entendimento e esclarecimento do processo histórico. A detecção no terreno de alguns sítios pós-romanos na região de Leiria, permite agora retomar o assunto do povoamento alto-medieval, discutindo-se rupturas, continuidades e alterações em relação ao modelo de ocupação do espaço protagonizado pelos Romanos.

Entre os finais do domínio romano e o período da Reconquista pouco ou nada se sabe do povoamento da região de Leiria. A quase total ausência de elementos informativos desta “idade das trevas” e a avaliação,

* Algumas das ideias expostas neste texto foram debatidas com o nosso querido amigo Artur Madeira.

** Departamento de História, Arqueologia e Património, Universidade do Algarve.

sem a devida crítica interna, de alguns documentos do tempo da Reconquista levaram muitos a defender a tese de um total ermamento da região a que a investigação recente se tem oposto propondo antes um certo despovoamento, fortemente marcado por uma diluição das estruturas político-administrativas.¹ Será esta mesma destruturação, a par do não reconhecimento *de iure* da ocupação das terras por comunidades mais ou menos isoladas e autónomas, que levarão os primeiros repovoadores² desta região a referirem-se a uma terra erma, de que são sintomáticas as expressões da documentação ligada à fundação do castelo de Leiria.³ Com efeito, expressões como *in loco vastae solitudinis* da *Chronica Gothorum*⁴ aplicadas à área onde teria sido fundado o castelo de Leiria em 1135, serviram desde Alexandre Herculano para defender a tese de que a região leiriense estava completamente deserta quando chegaram os primeiros povoadores cristãos⁵. Esta ideia de terra erma, aliás, é recorrente na documentação oficial da época, mas que, como já foi amplamente demonstrado⁶, não pode ser levada à letra, uma vez que não corresponde de todo a uma realidade efectiva no terreno. A insistência nesta ideia de desertificação de uma terra cuja posse se quer legitimar, servia antes de mais os propósitos políticos dessa legitimação, apresentando-a como terra de ninguém que se começa a ocupar, povoar e a integrar na esfera da cristandade; mas a ideia de terra deserta deve ser entendida como terra de extensos matagais e bosques, de que, aliás, Ranulfo de Granville nos dá conta⁷, sem autoridade e estruturas administrativas organizadas.

¹ Sobre a velha questão do ermamento da região de Leiria, que não cabe aqui abordar com detalhe, veja-se Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, 1992, p. 62 e segs. e José Mattoso, “A Cidade de Leiria na História Medieval de Portugal”, *Ler História*, 4, Lisboa, 1985, p. 3-18 (também publicado em *Fragmentos de uma Composição Medieval*, ed. estampa, Lisboa, 1987, p. 95-111).

² Talvez que a expressão mais adequada fosse “recolonizadores”, tendo em conta que nunca deixou de haver gente na terra, apesar de se terem perdido muitas das referências civilizacionais que a dinamizaram durante a primeira metade do primeiro milénio.

³ Cf. Saúl António Gomes, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Leiria, 1995.

⁴ *PMH – Scriptores*, p. 12a

⁵ Para além do artigo já citado de José Mattoso, veja-se ainda, do mesmo autor “Portugal no Reino Asturiano-Leonês” in José Mattoso (dir. de), *História de Portugal*, I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 449 e segs.

⁶ *Idem, Ibidem*

⁷ José Augusto de Oliveira, *A Conquista de Lisboa aos Mouros (1147), Narrado pelo Cruzado Osberno, Testemunha Presencial. Texto Latino e sua Tradução para Português*, Lisboa, ed. C. M. de Lisboa, 1935, p. 57.

No dizer de Orlando Ribeiro, eram “*terras sem senhor, abandonadas e sem ordem, mas de modo nenhum sem gente*”, opinião partilhada por José Mattoso, convicto de que os habitantes desses territórios eram “*povoadores isolados, indiferentes a quem era o dono dessas terras, longe das vias de penetração militar, ou abrigando-se à passagem dos exércitos, para voltar aos campos logo que se retiravam os cavaleiros*”.⁸ Com efeito, esta tese, que partilhamos, adequa-se melhor ao que poderíamos considerar normal dentro do processo histórico, pois consideramos difícil aceitar que não tivessem subsistido no território algumas populações descendentes de romanos e de populações germânicas e islâmicas que entretanto pisaram estas terras, apesar das constantes algaras muçulmanas e fossados cristãos. Mas se tal é sugerido por uma toponímia e tradição popular mais ou menos indelével, o total desconhecimento de vestígios pós-romanos reconhecidos pelos medievalistas tem colocado alguns problemas aos defensores da tese da existência de alguns povoadores, que são, por isso mesmo, criticados pelos opositores pelo facto de basearem a sua tese em “raciocínios analógicos”, como diz Rui de Azevedo⁹.

Da inexistência de centros de poder ou de estruturação do território depreende-se facilmente da análise do *Parochiale* suevo, ou do Provincial visigótico (*Divisio Wambae*)¹⁰ onde não há qualquer menção à região de Leiria. A área coliponense parece corresponder à paróquia olisiponense de *Sancta Maria de Usabia*, cuja identificação com Alcobaça é proposta por Almeida Fernandes, e que confrontaria a sul com *Sancta Maria de Eburobricio*¹¹. O estado endémico de desertificação parece, pois, já existir no período pré-islâmico, em grande parte devido a um desaparecimento prematuro da cidade capital da região na época romana a tal ponto que se perderá a memória do topónimo¹². Em pleno período da Reconquista, da antiga cidade de *Collippo* pouco restaria, nem tão pouco o no-

⁸ Cf. Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, 1992, p. 69-70.

⁹ “Período de Formação Territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores”, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Vol. I, Lisboa, 1937, p. 10.

¹⁰ Isto se aceitarmos, obviamente, que aqueles documentos reflectem de facto uma realidade relacionada com os tempos suévico-visigóticos ou imediatamente posteriores.

¹¹ A. Almeida Fernandes, *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca, 1997, p. 120-122.

¹² A este propósito veja-se a nossa tese *Civitas Collipponensis*, Coimbra, 2002, 3 vols. (dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a publicar em breve).

me, já que em meados do século XII se chamaria Palácio de Randulfo¹³. Porém, aquela desertificação não significa uma total ausência de gentes. Vários indícios arqueológicos apontam para que pequenas comunidades humanas isoladas se mantenham em antigos sítios romanos. Se por um lado as ruínas das antigas *villae* e cidade romanas são ocupadas durante o período visigótico, temos paralelamente alguns pequenos núcleos populacionais isolados que emergem à sua margem.

As prospecções que efectuámos na região demonstram claramente que existiam pequenas comunidades pós-romanas na região que, em alguns casos, continuaram a ocupar as ruínas de alguns dos antigos sítios romanos mas que noutros se refugiam em áreas mais protegidas e recônditas. Estas últimas comunidades, em regra isoladas e pequenas, que raramente se constituirão em verdadeiras aldeias, quase invisíveis numa paisagem que pouco reflecte a sua acção, parecem perdurar ao longo de toda a segunda metade do I milénio, sem diferenças significativas, razão pela qual toda a área de Leiria é considerada à época da reconquista terra erma e bravia. Mesmo a ocupação dos antigos sítios romanos deve ser pouco significativa e destruída, ao ponto de não se conseguirem reafirmar como verdadeiros núcleos catalizadores e organizadores do povoamento.

Neste caso está o tal *Palatio Randulfo*, cujo topónimo é sugestivo quanto ao facto de se tratar de um local reocupado num período bem anterior à Reconquista¹⁴, mas também algumas *villae* romanas onde se registam elementos, ainda que pouco expressivos, de terem alguma continuidade de ocupação. Na *Villa* do Arneiro (Maceira) uma cruz de chum-

¹³ IAN/TT, gav. VIII, m. 6, doc. n.º 10 cit. por Saúl António Gomes, “Organização Paroquial e Jurisdição Eclesiástica no Priorado de Leiria nos Séculos XII a XV”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, IV, Lisboa, 1992, p. 163 - 310. Em 1211 situava-se aqui um dos dezanove templos, entre igrejas e ermidas, do termo leiriense, com o nome de *Sancti Sebastiani de palacio de randulfo* (*ibidem*). Por uma inquirição de 1233 sabemos que o local pertencia à coroa: *Omnes jurati de mandato domini regis Santij secundi Portugaliae dixerunt quod unum regalengum est in Palatio Randulfo prope hereditatem fratrum Sancte Crucis asconditum* (IAN/TT, gav. VIII, m.1, doc. n.º 14, cit. por Luciano Justo Ramos, “No Cinquentenário da Restauração. Addenda Historica Diocesana”, *A Voz do Domingo*, Leiria, n.º s 1754 a 1767, 13-11-1966 a 12-02-1967 (especialmente n.º de 20-11-1966)) e ainda por Rosa Marreiros, “A Propriedade da Coroa na Região de Leiria ao Tempo de D. Dinis”, in *A Cidade e o Campo – Colectânea de Estudos*, Coimbra, 2000, p. 105-143.

¹⁴ A este propósito veja-se a famosa obra de Alberto Sampaio, *As Vilas do Norte de Portugal* (Estudos Históricos Económicos Vol I) 2ª ed., Lisboa, Vega, s.d. (1ª ed de 1979), p. 61 e 69.

bo aqui achada pode constituir um desses indícios de continuidade de ocupação¹⁵, bem como cerâmicas de Póvoa de Cós¹⁶ datáveis dos séculos V ao VI, ou ainda uma peça de arreio em bronze, presumivelmente visigótica, “*muito curiosa pela decoração: um cavalo em marcha arreado*”, adquirida por Leite de Vasconcelos para o actual Museu Nacional de Arqueologia, perto de Leiria¹⁷. Mas sem dúvida que essa continuidade de ocupação de algumas *villae* romanas está melhor testemunhada em S. Gião da Nazaré, onde a um conjunto significativo de ruínas romanas se sobrepôs um templo cristão¹⁸. Apesar de nos faltarem dados, podemos supor estas ocupações pós romanas como algo residual e que aqui ocorrem não tanto por uma questão de tradição quanto pelos recursos que os antigos sítios romanos ofereciam. Os recursos dos antigos assentamentos romanos são, de facto, um forte atractivo, quer pela sua localização em vertentes e vales aprazíveis e de bom potencial agrícola, quer ainda por as ruínas aí existentes poderem proporcionar condições de abrigo ou, pelo menos, um abundante manancial de matéria prima para a construção. É sobretudo esta a razão que leva D. Gonçalo, no início do povoamento de Ourém, a instalar uma herdada em Tomaréis (Ourém) em local onde existiu uma *villa* romana¹⁹. É possível, se bem que indemonstrável, que, como defende Alberto Sampaio para o Norte do País, os limites da propriedade ocupada correspondessem aos da referida *villa*. Na ausência de memória, os *termini* das propriedades antigas ou os acidentes naturais que as delimitavam poderiam servir de referência por forma a fazer coincidir os novos limites

¹⁵ “A Cruz de Chumelo [*sic*; Chumbo] da freguesia de Maceira”, in *Letras e Artes - Suplemento Literário de Novidades*, 7/5/1950, n.º 15.

¹⁶ Manuela Delgado, “Contribuição para o Estudo das Cerâmicas Romanas Tardias do Médio Oriente Encontradas em Portugal”, *Cadernos de Arqueologia*, (série II), 5, Braga, 1988, p. 35-49; M. G. Pereira Maia, “Sigillata (Paleocristã) Cinzenta de Tróia de Setúbal”, *Setúbal Arqueológica*, II-III, 1976-1977, p. 412.

¹⁷ Fernando de Almeida, “Arte Visigótica em Portugal”, *O Arqueólogo Português*, 2ª série, 4, Lisboa, 1962, P. 247

¹⁸ Fernando de Almeida e Eduíno Borges Garcia, “Igreja Visigótica de S. Gião (Estremadura - Portugal). Campanha de Escavações Durante Agosto de 1965”, *IX Congresso Nacional de Arqueologia*, (Mahon, 1967), 10 Zaragoza, 1969, p. 405-407; Fernando de Almeida e Eduíno Borges Garcia, “São Gião, Descoberta e Estudo Arqueológico de um Templo Cristão-Visigótico na Região da Nazaré”, *Arqueologia e História*, 12, série 8, Lisboa, 1966, p. 339 - 348.

¹⁹ Cf. Saúl António Gomes, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, *op. cit.* p. 36-37. Sobre esta *villa* romana em Casais da Abadia (Ourém), ainda praticamente inédita, veja-se a Carta Arqueológica de Ourém a ser publicada em breve pelo município de Ourém.

fundiários com os antigos. O mesmo poderíamos dizer em relação à herdade de Andam, no termo de Porto de Mós, que irá dominar a extensa várzea da ribeira homónima onde prosperou uma extensa *villa* romana ao longo de todo o Império Romano. Aqui, porém, ao contrário de Tomaréis, o *locus* onde se implantará a povoação medieval vai situar-se fora do sítio romano, o que parece corresponder à situação mais típica do repovoamento da região. As novas povoações que nascem com a Reconquista cristã, vão localizar-se, em regra, à margem das unidades de exploração agrárias romanas ainda que controlando as mesmas terras. Tal poderá explicar-se, pelo menos em parte, pelas preocupações de defesa que então imperavam, uma vez que as novas localidades vão ocupar sítios estrategicamente bem posicionados. É prática corrente, todavia, que nos locais romanos ou suas imediatas proximidades se erga uma pequena ermida, como que a expurgar o elemento pagão que ocupou aquelas terras ou como que a sacralizar todo um espaço onde o achado de sepulturas romanas ou tardo-romanas, associada a uma bem enraizada tradição que relembra as perseguições pagãs, reforçava a crença de que aquelas guardavam os restos mortais de antigos mártires. Essas ermidas relacionadas com os antigos sítios romanos da região leiriense encontram-se, frequentemente, isoladas das povoações mais próximas. Claro que a maior parte delas terão sido erguidas já em pleno processo de repovoamento das terras, pois que antes dessa época nem a população, nem os recursos nem, eventualmente, os índices de cristianização o permitiriam.

Para além de continuidade de ocupação de algumas das terras férteis ocupadas por *villae* romanas e já então intensamente exploradas, aparecem na região um conjunto de sítios que, mais do que os anteriores, reflectem os novos tempos pós-romanos. Distinguem-se dos anteriores pela sua implantação topográfica, onde é marcante o isolamento e a preocupação de serem pouco ostensivos na paisagem. Estes “sítios envergonhados”, manifestando uma certa continuidade de tradições da cultura material ou a prática de simples reaproveitamentos de materiais de antigas edificações, podem apresentar vestígios romanos, ainda que inscritos numa matriz arqueológica que não corresponde à que é típica dos assentamentos rurais da Antiguidade.

Fisicamente, definem-se como sítios de serranias e matagais, ocupando vertentes ou colinas que permitiam ver sem ser visto, onde predominava o ambiente da *silva* ao dos *agri*, se avistavam corredores de paisagem com terras férteis e uma linha de água por perto passíveis de serem

controlados visualmente a partir dos assentamentos. Já arqueologicamente, são sítios que se definem antes de mais pela penúria; penúria de estruturas e materiais que os tornam de difícil percepção ao arqueólogo conforme tem sido demonstrado para outras regiões do país e do estrangeiro²⁰. Se as estruturas se resumem, a maior parte da vezes, a simples cabanas feitas de materiais perecíveis ou pedra tosca oriundos dos ambientes de bosque e serra envolventes, já a cultura material não vai além de frustes cerâmicas de utilização doméstica ou de construção, sobretudo cerâmicas de cobertura. Estas últimas são mesmo a marca mais visível nos campos destes sítios, assemelhando-se em muito aos *imbrices* romanos quer pelo tamanho e espessura das peças quer pelo tratamento, textura e cor das pastas, afastando-se claramente dos *imbrices* ou telhas de canudo do pleno período medieval.²¹ Estas telhas, mais do que se aproximarem da aparência do *imbrex* romano, podem ser elas mesmo romanas. Uma das características deste tipo de assentamentos é, como vimos, o reaproveitamento de muitos dos materiais dos sítios romanos localizados nas proximidades, nomeadamente de *tegulae* e *imbrices*, razão pela qual é frequente o arqueólogo classificar este tipo de sítios como romanos quando, na realidade, são alto-medievais. Registe-se, a título de exemplo, que nas prospecções sistemáticas levadas a cabo em torno da *villa* de S. Cucufate (Vidigueira) por uma equipa luso francesa, muitos dos sítios classificados pelos materiais de superfície como romanos, acabaram reclassificados como pertencentes a períodos posteriores após terem sido parcialmente escavados²².

²⁰ A título de exemplo, veja-se a este propósito o trabalho de Marina Afonso Vieira, *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval* (Trabalhos de Arqueologia, 36), Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2004. Esta penúria de materiais e estruturas, que acusam uma organização socio-económica ligada a actividades silvo-pastoris e cinegéticas e um povoamento menos sedentário e de maior mobilidade do que o da época romana, está bem atestada para a região Norte de Portugal e Galiza. Todavia, a relativa elevada densidade populacional destas regiões traduz-se arqueologicamente num elevado número de vestígios de espaços de culto e funerários que permitem detectar a distribuição e até organização dos assentamentos rurais durante a Alta Idade Média. A este propósito ver Jorge López Quiroga, *El Final de la Antigüedad en la Gallaecia: La Transformación de las Estructuras de Poblamiento Entre Miño y Duero (Siglos V al X)*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, s.l. 2004.

²¹ As características destes materiais e a sua comparação com os congéneres romanos e medievais aplica-se, obviamente, à região de Leiria, podendo em outros locais assumir características diferentes. Porém, não há dúvida que as cerâmicas de construção alto-medievais estão muito mais próximas das romanas do que das medievais propriamente ditas.

²² Veja-se Vasco Gil Mantas, “Implantação Rural em Torno da *Villa* de S. Cucufate”, *Arquivo de Beja*, 2ª série, III, 1987, p. 199-214 (existe separata); Pierre Sillières, “Approche d’un Espace Rural Antique: L’Exemple de Vila de Frades en Lusitanie Méridionale”, *Du*

Por vezes, mais do que a “invisibilidade” destes sítios que, sem dúvida, é um facto constatável, há uma “camuflagem” dos mesmos sob aparência romana que as simples prospecções de superfície dificilmente esclarecem. Essa será uma das razões, ainda que não a única, para que em muitas cartas arqueológicas a um elevado número de sítios classificados como romanos corresponda uma quase ausência de sítios alto-medievais. A detecção de necrópoles deste último período é, nestas prospecções de superfície, um indicador precioso quanto ao real conhecimento da distribuição do povoamento de determinadas zonas, pois que, não raramente, esses vestígios funerários são bem mais visíveis e, por vezes, até mais fáceis de classificar do que núcleos de povoamento pouco estruturados se não mesmo itinerantes que acabam por deixar poucos registos da sua cultura material.

Os sítios do Carrascal e a sua necrópole, claramente alto-medieval, de Cabeço do Pedrego, o de Vale de Lagares/Alcouvim, o de Arengões/Alcanadas, o de Arrifes e, finalmente, o de Zambujal de Alcaria, com a sua necrópole em Covinha da Laje, constituem estações que se enquadram no período pós-romano e que ilustram a existência de pequenas comunidades isoladas²³. Á excepção do primeiro sítio, a toponímia dos restantes aparenta ter uma origem islâmica, o que, estando de acordo com os testemunhos arqueológicos que identificámos, parece confirmar que, pelo menos alguns topónimos com aquela origem, nada têm a ver com a instalação de populações moçárabes na região a partir do século XI.²⁴

Os sítios do Carrascal e da necrópole de Cabeço Pedrego (Portela do Outeiro, Colmeias), situam-se, respectivamente, numa vertente e pequena colina emergentes do vale onde passa a ribeira da Igreja Velha, a cerca de 500 metros para sudoeste do lugar do Castro. O local, de subsolo calcário e solos pedregosos e argilo-silto-arenosos, de fraca aptidão agrícola, actualmente ocupados por pinhal e mato, apresenta-se isolado em relação aos corredores naturais de penetração e núcleos de povoamento. No outeiro encontram-se, pelo menos, duas sepulturas toscamente escavadas na rocha, já referidas por José Ruivo²⁵. São caixas rectangulares

Latifundium au Latifondo. Un Héritage de Rome, une Création Médiévale ou Moderne? (Actes de la Table Ronde Internationale du CNRS Organisée à l'Université Michel Montaigne - Bordeaux III - les 17-19 Décembre 1992), Paris, 1995, p. 21-29.

²³ Sobre estes sítios vejam-se as fichas n.ºs 13, 15, 43, 90 e 119 da nossa tese de doutoramento *Civitas Collipponensis*, *op. cit.*

²⁴ Tese defendida por Rui de Azevedo (*op. cit.* p. 11) para os topónimos de origem islâmica da região.

²⁵ Cf. Fernando Rodrigues, *Contributos para a História de Colmeias e Memória (Concelho de Leiria)*, Leiria, 1994, p. 17 e 18.

com cerca de um metro de profundidade agrupadas numa pequena área; morfológicamente, são diferentes das sepulturas escavadas na rocha tipicamente medievais que existem, por exemplo, no lugar próximo da Farraposa, lembrando mais as sepulturas tardias de inumação romanas que as trapezoidais ou antropomórficas da época medieval. Junto a elas, aparentemente retirados do seu interior e em resultado de remeximentos recentes, vêem-se grandes pedaços de *imbrices*, muito grossos, do tipo romano ou alto-medieval. Corresponderiam, certamente, à necrópole do casal do Carrascal, situado na vertente leste da colina, a 150 metros para poente.

Aqui encontram-se, esporadicamente, numa vinha, alguns fragmentos de cerâmica de construção e doméstica bastante rolados. Informaram-nos que quando se pôs a vinha apareceram muitas cerâmicas que, pela descrição, poderiam ser romanas ou alto-medievais. As características dos elementos identificados, a sua posição topográfica e as características físicas do local, apontam claramente para que se trate de um pequeno casal com a sua necrópole da Alta- Idade Média.

No Vale de Lagares (Barreiro, Memória), numa suave vertente virada a sul de solos com razoável aptidão agrícola, teve assento um sítio romano de média dimensão que a tradição faz corresponder à antiga vila de Alcouvim, cujo topónimo já aparece referido na documentação medieval dos inícios do povoamento leiriense.²⁶ Com efeito, o espólio denota que o local teria tido continuidade de ocupação para além da época romana. No outeiro a poente, denominado Cabeço do Tojal, existiu a ermida de S. Miguel, já documentada no século XIII²⁷, de que restam ténues vestígios cerâmicos. Numa zona baixa, em Lourais, a 200 m dali, uma lagareta escavada na rocha semelhante a muitas que aparecem no Norte do País. Todo o ambiente, topografia de pequenos vales encaixados e paisagem fortemente marcada por espécies do género *Quercus*, enquadra-se no modelo de implantação dos sítios alto-medievais da região, o que, aliás, parece ser confirmado pelo espólio. Acresce ainda que em toda a área das freguesias de Memória, Colmeias e Espite, permanece, a par destes vestígios, uma longa e bem arreigada tradição que deixa

²⁶ Sobre as referências medievais ao local veja-se: Fernando Rodrigues, *op. cit.*, p. 20 e segs. e Luciano Justo Ramos, “No Cinquentenário da Restauração. Addenda Historica Diocesana”, *art. cit.*

²⁷ Luciano Justo Ramos, *ibidem*. Em documento de 1237 (IAN/TT, Santa Cruz de Coimbra, 1ª inc., m. 21, nº 46) citado por Saúl António Gomes, “Organização Paroquial...”, p. 171, nota 28, refere-se “... *sanctj Michaelis de Culmenis in loco qui dicitur Azaburreira in alcouvil...*” que deverá corresponder a esta ermida.

intuir que estes sítios recônditos desempenharam protagonismo relevante no período pós-romano. Mais do que noutras áreas da região leirienese, são aqui recorrentes as referências a caminhos de mouros e romanos, lendas de mouras, pagãos e mártires cristãos, num ambiente de forte ruralidade impregnada de crença, superstição e memória. Não é, pois, de espantar que seja nesta mesma região que, nos inícios do século XIII, se situem a maior parte das cabeças paroquiais de matriz rural do então extenso concelho de Leiria, que, reflectindo a jurisdição episcopal conimbricense, poderá ainda reflectir uma tradição de povoamento bem anterior à edificação do castelo de Leiria em 1135.²⁸

Mais para sul, em vertente virada a poente sobre o vale do rio Lis, composta por arenitos argilosos com intercalações de calcários margosos e solos silto-argilosos de fraca aptidão agrícola, situa-se o sítio dos Arrifes, junto à povoação de Fontes (Cortes). Não longe do local aparecem vários sítios romanos ocupando os vales férteis, denotando a proximidade e atractividade exercida pela cidade romana de *Collippo* situada na colina próxima de São Sebastião do Freixo. Parece que algumas comunidades que antes ocupavam aquelas terras férteis se refugiam neste local inóspito e mais isolado dos Arrifes, a que a tradição atribui a existência de uma antiga cidade. A par de materiais tardo-romanos, a ocorrência das tais cerâmicas frustes e ambiente envolvente correspondem à matriz dos assentamentos alto-medievais. Tudo se passa como se após o período romano os descendentes das comunidades que ocupavam e exploravam as terras férteis se refugassem nos bosques que bordejavam os antigos *agri*.

Esta situação está ainda bem testemunhada nas proximidades de Arengões ou Alcanadas (Reguengo do Fetal), onde em terrenos de características serranas de fraca aptidão agrícola e de vegetação espontânea típica do matagal mediterrânico, surge uma grande área de dispersão de vestígios de características alto-medievais que incluem sepulturas escavadas na rocha. Num pequeno outeiro e vertente orientada a noroeste, a cerca de 400 metros da Capela de N^a Sr^a do Ó de Alcanadas (ou Arengões de acordo com a Carta Militar), encontra-se alguma cerâmica de construção romana (*imbrices, lateres, tegulae*) e, muito raramente, cerâmica doméstica. Nas proximidades encontram-se duas sepulturas trapezoidais formadas por lajes dispostas de cutelo. Os vestígios prolongam-se ainda pelas colinas paralelas à estrada que sobe de Alcanadas para o Alqueidão da Serra até ao sítio das Malhadas e Pregueiras.

²⁸ Já Saúl António Gomes chamou a atenção para esse facto (cf. “Organização Paroquial ...” *op. cit., passim*).

No monte a sul, denominado Casal da Torre, existem as ruínas de uma aldeia medieval com continuidade de ocupação até à época moderna, altura em que terá sido abandonada. Segundo a tradição, existiu aqui uma capela e, no topo da colina, de acordo com informação recolhida, aparecem mais sepulturas rectangulares ou trapezoidais semelhantes às já referidas. Esta informação deverá corresponder à de Francisco Furriel ao dizer que nas Pregueiras, freguesia de Alqueidão da Serra, na direcção das Barradas, se descobriu, em 1941, uma “*sepultura romana*” escavada na rocha, num pregal de João Carvalho (d’Avó), junto da qual apareceram “*muitos fragmentos de cerâmica tipicamente romana*” e escórias de ferro.²⁹

A zona, ocupada hoje por denso matagal, não permitiu verificar estas informações. Todavia, por toda aquela área existem vestígios de cerâmicas de construção e doméstica medievais ou modernas, associadas a alguns fragmentos de aparência romana ou alto-medieval. No corte da estrada que sobe de Alcanadas para o Alqueidão da Serra são visíveis grandes fragmentos de *imbrices* de feição romana com sulcos no dorso. Toda esta área, pelo tipo de implantação, espólio, quantidade e área de dispersão, parece corresponder a um aldeamento alto-medieval. Eventualmente, terá origem num pequeno núcleo romano situado por trás da capela de Nossa Senhora do Ó, a avaliar pelo aparecimento de *tegulae*, ainda que se possa admitir a hipótese de aqueles elementos romanos aparecerem ali como resultado de reaproveitamento de materiais de sítios romanos das vizinhanças. O sítio arqueológico, que aparenta continuidade de ocupação até à época moderna, parece repartir-se por vários *loci* que poderão corresponder a diferentes épocas de ocupação, situando-se a romana /alto-medieval na vertente que se estende para nascente a partir da povoação de Alcanadas. A localização deste sítio está de acordo com a situação típica de afastamento do povoamento alto-medieval dos corredores de circulação e áreas abertas, densamente ocupadas durante a época romana mas demasiado expostas e sem condições naturais de defesa. Com efeito, a cerca de mil metros para poente passava a via romana que ligava a cidade de *Collippo* ao sul, em torno da qual se conhecem vários núcleos de povoamento romano.

²⁹ Francisco Jorge Furriel, “Alqueidão da Serra - Subsídios para a sua História”, *A Voz do Domingo*, Leiria, n.ºs 2312 – 2318, de 7-8-1977 a 18-9-1977 (especialmente o n.º de 14-8-1977); Francisco Jorge Furriel, *Pré-História e Arqueologia de Porto de Mós*, dactil. 1985, p. 32 (publicado, na íntegra, na parte referente à arqueologia, no *Portomosense* de 3-1-1985 a 4-7-1985 sob o título “Apontamentos para a História de Porto de Mós” e assinado FRANJORFU).

É ao longo desta estrada, concretamente no ramal que leva ao Vale do Tejo pela depressão de Alvados, que vamos encontrar outro sítio e uma necrópole com características alto-medievais. O sítio, conhecido por Alto da Bica (Zambujal de Alcaria), localiza-se numa suave colina e vertente virada a oeste sobre a margem esquerda da ribeira da Fórnea. Os solos pedregosos e silto-argilosos, de fraca aptidão agrícola, assentam em formações de conglomerados e calcários. Aqui detectam-se diversos fragmentos de cerâmica de construção (*imbrices*, *lateres*) de feição romana ou, mais provavelmente, alto-medieval. Nos terrenos contíguos da Covinha da Laje houve uma necrópole, cujas sepulturas, descritas como caixas com paredes e coberturas de lajes, foram destruídas nos anos 40.³⁰ Trata-se, certamente, de mais um sítio anterior à Reconquista e que se inscreve, pelas suas características e implantação, no modelo de ocupação alto-medieval da região. O matagal que cresce em toda esta zona serrana permitiria, mais uma vez, abrigar a comunidade que se instalou no Alto da Bica de olhares indesejáveis que circulassem pelo antigo caminho romano que passava nas proximidades.

A confirmar a opinião, já enunciada, de José Mattoso, de uma forma geral estas comunidades instalam-se em zonas afastadas dos principais corredores de circulação, apresentando, arqueologicamente, um espólio pobre e pouco variado. A localização fora dos melhores terrenos agrícolas e a modéstia do espólio, caracterizado, sobretudo, por cerâmicas de construção, indiciam uma economia de subsistência onde as actividades de recolheção, como a caça e a recolha de frutos silvestres, teriam desempenhado um papel importante ao lado das actividades agrícolas e da pastorícia de gado ovicaprino. A redução da área cultivada a favor do bosque, monte e pastagem, o isolamento das comunidades, o reaparecimento de um modo de vida e de relações sociais a lembrarem as antigas estruturas tribais, pautam toda esta época, onde é notória a emergência de arcaísmos e até de um certo atrofiamento civilizacional em relação à época precedente. Estas condições levam, obviamente, a variabilidades regionais bem

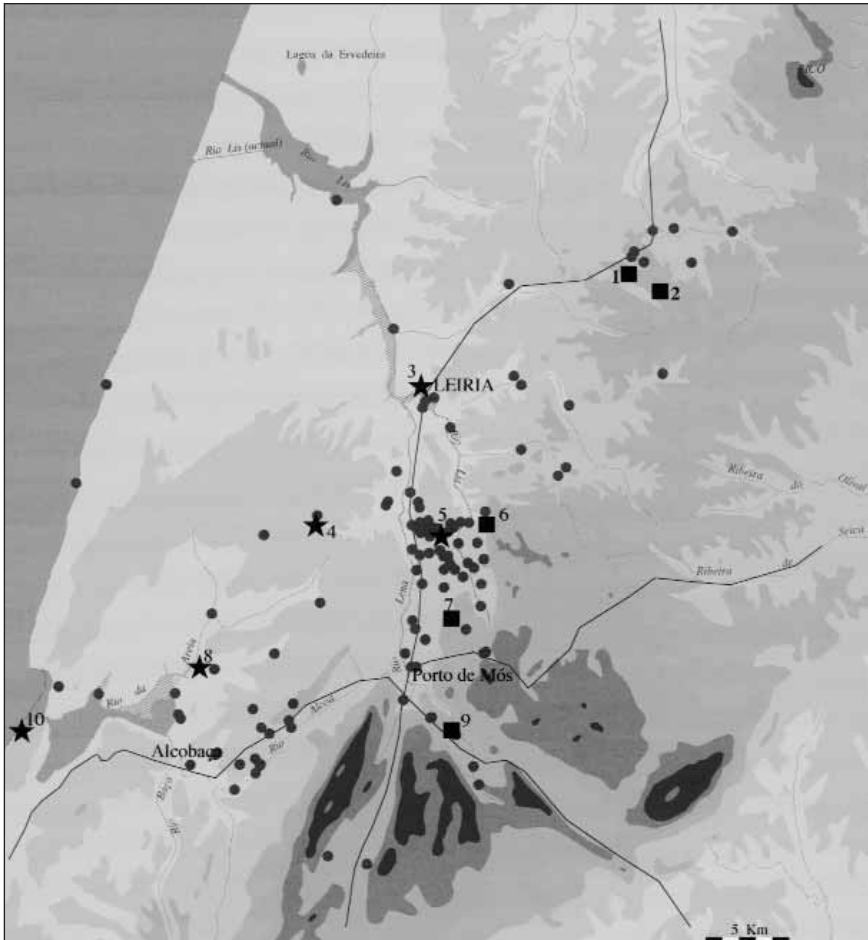
³⁰ António Martins Cacela, *Porto de Mós e o seu Termo*, Torres Novas. 1977, p. 69-71. Num artigo intitulado “Esboço Histórico de Porto de Mós”, publicado no periódico *Terras da Nossa Terra* (Março de 1989, Porto), noticia-se que “ao sul do Zambujal de Alcaria, no local onde está hoje o cemitério da freguesia, houve em tempos um cemitério árabe”. De facto, nos terrenos envolventes do cemitério aparecem cerâmicas domésticas (por vezes vidradas) e de construção (*imbrices*, *lateres*), para além de escória, ainda que não seja claro se se trata de uma estação medieval ou posterior.

acentuadas de Norte a Sul do país, assumindo na região de Leiria características próprias ditadas, em boa parte, por esta ser terra de estremadura, de insegurança e de rapina.

A terra da região de Leiria, à data da chegada dos conquistadores e povoadores de D. Afonso Henriques, era considerada despovoada, erma e bravia. Que era bravia não há dúvida; mas aceitar que fosse erma e despovoada é que já não é possível, face à existência de pequenas comunidades isoladas, quase invisíveis por tão embrenhadas e integradas em bosques e matagais, que fariam sentir a sua presença apenas por uma ou outra pequena e pouco expressiva clareira onde se vislumbrava alguma leira de terra.

A futura investigação dos arqueólogos medievais nesta região, concretamente através de sondagens arqueológicas nas vastas áreas de dispersão de vestígios dos Arengões e dos Arrifes, onde existe a tradição de terem existido “cidades muito antigas”, esclarecerão uma ocupação que a historiografia tradicional tem rejeitado e que as teses mais recentes, pressentindo-a, até agora não a apresentaram de forma concreta e concludente. Trabalhos arqueológicos conjugados com a documentação disponível poderão fornecer os dados e argumentos que têm faltado, podendo mesmo vir a ilustrar muito da distribuição e organização dessa continuidade de povoamento que perdurou desde a época romana.

Vestígios Alto-Medievais da Região de Leiria



● Sítios Romanos

★ Sítios Romanos com indícios de continuidade de ocupação

■ Sítios Alto-Medievais

~ Vias Romanas

1 - Cabeço Pedrego

2 - Alcovim

3 - Martim Gil

4 - Arneiro

5 - S. Sebastião do Freixo

6 - Arrifes

7 - Arengões

8 - Póvoa de Cós

9 - Covinha da Laje

10 - S. Gião